



PROCESSO Nº: 18.932/2007 - D

APENSOS Nºs: Processo nº 130.000.359/2006 (3 volumes)

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual

EMENTA: Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 01/2002, exercício de 2005, firmado em 24/05/2002 entre a SUCAR e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS. Resolução nº 164/04. Citação dos responsáveis – Decisão nº 6474/2007. Citação complementar – Decisão nº 836/2009. Irregularidade das contas. Aplicação de multa aos responsáveis – Decisão nº 6955/2011 e Acórdão nº 256/2011. Oposição de embargos de declaração. Conhecimento Rejeição dos embargos – Decisão nº 1060/2012. Interposição de Recurso de Reconsideração por um dos responsáveis. Conhecimento do recurso – Decisão nº 2194/2012. Decisão nº 4.898/2014: provimento do recurso de reconsideração. Reforma parcial da Decisão nº 6955/2011. Interposição de recurso por uma das responsáveis. Decisão nº 147/2015. Conhecimento, com efeito suspensivo. Nesta fase: exame de mérito. Pareceres convergentes pelo provimento da impugnação. Voto convergente. Reforma da decisão recorrida, para fins de afastar a responsabilidade da recorrente. Precedentes.



RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas do extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, referente ao Contrato de Gestão nº 01/2002 (exercício de 2005), celebrado entre a então Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR e esse Instituto.

Por meio da Decisão nº 6955/2011 (fl. 399), o Tribunal resolveu:

*I) de acordo, em parte, com o voto da Relatora: 1 – tomar conhecimento das defesas apresentadas às fls. 311/319 pelos membros do Conselho de Administração do ICS; 2 - tomar conhecimento da defesa apresentada às fls. 298/304 para, no mérito, considerá-la improcedente; 3 - nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, considerar revéis os indicados no parágrafo 18 de fl. 380; 4 - julgar, com fundamento no art. 17, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas dos gestores do Instituto Candango de Solidariedade - ICS, indicados no 4º parágrafo de fl. 396, atinentes ao Contrato de Gestão nº 01/2002, no exercício de 2005, celebrado com a então Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR, devido à omissão no dever de prestar contas; **5 - nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, aplicar aos responsáveis referidos no item 4, supra, multa no valor individual de R\$ 4.679,20;** 6 - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora, no tocante ao item VI do referido voto; II) acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, fundado em sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF, considerar, também, irregulares as contas dos membros do Conselho de Administração do ICS, conforme sugere a instrução no item III de fs. 381/382, aplicando-lhes a multa indicada no item 4, acima, na forma do acórdão apresentado pelo Revisor, bem como a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo comissionado ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital (art. 60 da Lei Complementar 1/94), pelo período de 5 (cinco) anos; 8 - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.” (negritei)*

Por conseguinte, foi publicado o Acórdão nº 255/2011 (fl. 405), aplicando multa aos responsáveis.



Inconformada com essas deliberações, a Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto interpôs Recurso de Reconsideração, visando a afastar sua responsabilização pelas irregularidades apontadas nos autos.

Mediante a Decisão nº 147/2015 (fl. 543), o Tribunal conheceu da referida impugnação, atribuindo-lhe efeito suspensivo em face da deliberação impugnação.

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 101/2019 – NUREC, procedeu à análise das razões recursais, tecendo a respeito do tema as seguintes considerações:

Razões recursais da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 506/537)

10.A recorrente afirma que no período da execução do Contrato de Gestão n.º 01/2002, entre 24/05/2002 (data da celebração) e 31/03/2005 (data da extinção), ocupou, tão somente, os cargos de Diretora de Administração, de Diretora de Promoção Social e, por último, de 2ª Vice-Presidente, os quais, de acordo com o Estatuto Social, estavam subordinados aos ex-Presidentes do ICS, os Srs. Adilson de Queiroz Campos, Ronan Batista de Souza e Lázaro Severo Rocha (fl. 508).

11.Alega que a obrigação e a responsabilidade de elaborar a prestação de contas deve ser atribuída ao titular da Diretoria de Finanças, conforme art. 20 c/c artigos 31 e 32 do Regimento Interno do ICS (fl. 509), e aos membros do Conselho de Administração, que possuíam a atribuição de aprovar a prestação de contas (fl. 510).

12.Colaciona o entendimento do Tribunal proferido na Decisão n.º 5359/2011, Processo n.º 39510/2006, em que a Corte deu provimento ao recurso impetrado pela recorrente, eximindo-a das responsabilidades que lhe foram anteriormente imputadas (fls. 510/511).

13.Ante o exposto, requer a recorrente que seja julgado procedente o recurso, isentando-a de toda e qualquer responsabilidade; que sejam reconhecidos os cargos por ela ocupados durante a execução do Contrato de Gestão n.º 01/2002; que a responsabilidade seja atribuída aos ex-presidentes, aos titulares da Diretoria de Finanças e aos membros do Conselho de Administração do ICS (fls. 512/513).

I. DA ANÁLISE

Análise das Razões recursais da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 506/537)



14. Examinando-se o rol de responsáveis de fls. 11/12, constante do Quadro elaborado na Informação n.º 208/2007 da Divisão de Contas – 1ª ICE (fls. 10/18), observa-se que consta o nome da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto vinculado ao cargo de Vice-Presidente do ICS. Da mesma forma, no Relatório de Prestação de Contas da SUCAR de fls. 04/36*, a recorrente tem o seu nome atribuído ao cargo de Vice-Presidente do Instituto (fl. 36*).

15. No entanto, conforme exame a seguir apresentado, nos documentos que constam do Processo n.º 130.000.359/2006, apenso a estes autos, não há assinatura da recorrente relacionada ao cargo de Vice-Presidente do Instituto.

16. No Volume I do Processo Apenso (fls. 76/81*) constata-se que o **Contrato de Gestão n.º 01/2002, de 24/05/2002**, foi assinado pelo então titular da SUCAR, o Sr. Ronan Batista de Souza, e pelo Presidente do ICS, o Sr. Adilson de Queiroz Campos. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão em comento, de 24/03/2003 (fl. 82*), foi assinado pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandes, titular da SUCAR, e pelo Sr. Ronan Batista de Souza, este agora na condição de Presidente do ICS. Da mesma forma, o Segundo (05/05/2003) e o Terceiro (25/05/2003) Termos Aditivos, além do Termo de Re-Ratificação (26/05/2003), foram assinados pelos mesmos signatários do Termo inicial (fls. 84/86*).

17. O Quarto e o Quinto Termos Aditivos ao Contrato de Gestão n.º 01/2002, ambos de 03/05/2004, foram assinados pela então titular da SUCAR, a Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandes, e pelo Sr. Lázaro Severo Rocha, na condição de Vice-Presidente do ICS (fls. 87/88*). Da mesma forma, foram mantidas as mesmas assinaturas anteriores no Sexto Termo Aditivo, de 13/05/2004 (fl. 90*). O Sétimo Termo Aditivo, de 02/03/2005, foi assinado pelo Sr. Vatanábio Brandão Souza, como titular da SUCAR, e pelo Sr. Lázaro Severo Rocha, novamente na condição de Vice-Presidente do ICS (fl. 91*).

18. Ainda no Volume I do Processo Apenso*, foram verificados os seguintes documentos: Notas de Empenho (fls. 95/147*); Relatório de Pagamentos Efetuados (fls. 148/174) e; Produtividade Alcançada (fls. 175/205). Nos Volumes II, III e IV* constam cópias de notas fiscais (fls. 207/531*, 532/736* e 737/974*). No Volume IV* constam, ainda, o Despacho do Secretário da SUCAR que encaminha à Corregedoria Geral do Distrito Federal o Relatório da Prestação de Contas do Contrato de Gestão n.º 01/2002 (fls. 975/976*) e os demais documentos, que se referem aos procedimentos realizados no âmbito da Corregedoria-Geral do Distrito Federal¹. Em nenhum desses documentos foi verificada a atuação da recorrente no desempenho das atribuições de Vice-Presidente do ICS.

19. Examinando-se os documentos ora apresentados pela recorrente, verifica-se que a Ata da 26ª Reunião Extraordinária do Conselho de



Administração do ICS, realizada em 29/08/2003 e reaberta em 07/11/2003, portanto, durante a vigência do Contrato de Gestão n.º 01/2002, registra como Vice-Presidente do ICS o Sr. Lázaro Severo Rocha e como Diretora de Administração a Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 514/515). Da mesma forma, verifica-se que as Resoluções do ICS n.º 499/2004 e 578/2004, de 01/06/2004 e 01/07/2004, respectivamente, foram emitidas em nome do Sr. Lázaro Severo Rocha, respondendo como Vice-Presidente do Instituto (fls. 516/517).

20. Verificou-se, ainda, que consta da Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do ICS, realizada em 04/05/2005 e concluída em

30/06/2005, que a recorrente foi designada para ocupar o cargo de Vice-Presidente do ICS. Considerando a data da conclusão da reunião, verifica-se que o Contrato de Gestão n.º 01/2002 não se encontrava mais em vigor quando a recorrente foi conduzida ao cargo de Vice-Presidente do ICS (fls. 535/537). A vigência do Contrato em questão foi encerrada em 31/03/2005 (fl. 07).*

21. Os motivos expostos nos parágrafos a seguir, demonstram que merecem prosperar os argumentos de que o Tribunal tem firmado entendimento no sentido de excluir a responsabilidade da recorrente em processos de natureza similar (fls. 510/511).

22. Compulsando-se os autos, verifica-se que, na Informação n.º 80/2010 (fls. 374/382), a Unidade Técnica do Tribunal, ao examinar as alegações de defesa da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, entendeu por não merecerem acolhimento os argumentos de que o cargo ocupado pela recorrente era meramente representativo em vista das competências atribuídas ao Vice-Presidente no Estatuto do ICS. Mencionado exame foi acolhido pela Corte, o que permitiu considerar improcedentes as suas alegações de defesa, julgar irregulares as contas do ICS e aplicar multa aos gestores da Instituição, inclusive à recorrente, conforme Decisão n.º 6955/2011 (fl. 399).

23. No entanto, como já mencionado, tem-se observado, em decisões posteriores, mudança de entendimento da Corte quando do exame dos argumentos da recorrente em situações similares.

*24. No **Processo n.º 7459/2007**, a Corte concedeu provimento ao recurso da recorrente, nos termos da **Decisão n.º 303/2012** (e-DOC 2A611EE6). Examinando-se aqueles autos, observa-se que o Tribunal entendeu que os argumentos foram suficientes para eximir a recorrente das penalidades impostas, uma vez que as funções atribuídas ao cargo de Diretora de Administração não são consideradas como atribuições voltadas à execução do contrato de gestão ali examinado (e-DOC 9F34F9AD, pág. 37).*

*25. Da mesma forma, no **Processo n.º 7467/2007**, por intermédio da **Decisão n.º 1431/2012** (e-DOC ECBB8ECF), o Tribunal entendeu pertinentes os argumentos da recorrente para o propósito de excluí-la do*



rol de apenados. No Voto condutor da mencionada Decisão, o Relator entendeu, no que foi acompanhado pelo e. Plenário, que a recorrente não poderia, na condição de Diretora de Administração, assinar cheques, uma vez que não detinha tal competência (e-DOC 03DC19D5, pág. 26). Logo, não repousava sobre ela a competência para movimentar os recursos financeiros do ICS.

26. Nos dois casos acima, observa-se que a recorrente teve a responsabilidade excluída quando ocupara o cargo de Diretora de Administração do ICS. Não obstante, há entendimentos no mesmo sentido, também em casos relativos aos períodos em que a reclamante ocupou o cargo de Vice-Presidente do Instituto, conforme verifica-se a seguir.

*27. No **Processo n.º 39510/2006**, o Tribunal entendeu procedentes os argumentos da recorrente, conforme consta da **Decisão n.º 5359/2011** (e-DOC*

E8B66D63). Naqueles autos, a Ilma. Relatora fez constar que, “apesar de a recorrente, à época, ter atribuição de substituir o Presidente do Instituto, tal circunstância não restou demonstrada.” O entendimento da Relatora fundamentou-se na ausência de evidências da aludida substituição, bem como na falta de comprovação de atos praticados pela recorrente que pudessem acarretar sua responsabilização por possível afronta à boa e regular aplicação dos recursos públicos (e-DOC 7D1978DC, pág. 09).

*28. No mesmo sentido, no **Processo n.º 7831/2007**, o Tribunal acatou o recurso da reclamante, isentando-a da responsabilidade e da penalidade antes atribuídas, conforme consta da **Decisão n.º 2111/2018** (e-DOC CBDC02CF). Naqueles autos, a impetrante também alegara que, na condição de 2ª Vice-Presidente, não teve participação nos atos que deram causa aos prejuízos decorrentes da execução do Contrato de Gestão nº 01/2001.*

29. No Voto condutor da Decisão n.º 2111/2018², o Ilmo. Relator reiterou entendimento de que o cargo ocupado pela recorrente não comporta “atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie” e que “conforme consta do Estatuto do ICS, a movimentação de recursos financeiros da entidade era realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças. Dessa forma, deve ser afastada, de plano, a possibilidade de responsabilização” (e-DOC 03585623, pág. 12)

*30. Não obstante as situações acima elencadas, importante ressaltar que no **Processo n.º 34551/2011**, por meio da **Decisão n.º 6107/2017** (e-DOC 1037CA3E), o Tribunal apresentou entendimento diverso, ao julgar as contas irregulares sem imputação de débito, mas com aplicação de multa à recorrente. À época, a ora recorrente atuou como 2ª Vice-Presidente durante a vigência de contrato de gestão firmado entre o ICS e a CODEPLAN. Na **Decisão n.º 2182/2018**, o Tribunal encaminhou ao Ministério Público junto à Corte cópias autenticadas da **Decisão nº 6.107/2017**, do **Acórdão nº 506/2017** e das respectivas notificações, com*



vistas à cobrança judicial das multas individuais aplicadas aos Srs. Ronan Batista de Souza, Manoel Pereira de Lucena, Eunice Ferreira dos Santos Miotto e Lázaro Severo Rocha.

31. Com relação ao pedido da recorrente no sentido de que a responsabilidade seja atribuída aos ex-presidentes, ao Diretor de Finanças e aos membros do Conselho de Administração do ICS (fls. 512/513), entende-se que o assunto já está sendo tratado nestes autos. Os membros do Conselho de Administração do ICS foram eximidos da responsabilidade anteriormente a eles atribuída, conforme itens “I” e “II” da Decisão n.º 4898/2014 (fl. 491). Os ocupantes dos cargos de Presidente e Diretor de Finanças tiveram as contas julgadas irregulares e lhes foram imputadas multas individuais, conforme Decisão n.º 6955/2011 (fl. 399) e Acórdão n.º 255/2011 (fl. 405).

32. Ante o exposto, considerando que o Tribunal tem decidido no sentido de isentar a responsabilidade da recorrente em processos de natureza similar, sugere-se, adotando-se o entendimento majoritário da Corte, o provimento do Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 506/537), apenas para fins de excluí-la do rol de responsáveis e, conseqüentemente, eximi-la das penalidades contidas na Decisão n.º 6955/2011 e no Acórdão n.º 255/2011.

Dessa forma, após concluir pelo provimento do Recurso de Reconsideração e tela, sugeriu ao Plenário:

- I. tomar conhecimento da Informação n.º 101/2019 – Nurec;*
- II. conceder provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 506/537), para fins de excluí-la do rol de responsáveis e, conseqüentemente, eximi-la das penalidades contidas na Decisão n.º 6955/2011 e no Acórdão n.º 255/2011;*
- III. dar conhecimento da decisão a ser proferida à recorrente, na pessoa de sua representante legal;*
- IV. restituir os autos ao Núcleo de Recursos – NUREC para os devidos registros e posterior encaminhamento à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.*

O douto Ministério Público, em parecer do eminente Procurador Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, opina no mesmo sentido:

*13. Inicialmente, cumpre registrar que, conforme exposto no Quadro de Responsáveis constante da **Informação n.º 208/2007** da Divisão de Contas – 1ª ICE (fls. 10/18), o nome da **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto**, ora recorrente, está vinculado ao cargo de Vice-Presidente do ICS, o mesmo ocorrendo no **Relatório de Prestação de Contas da SUCAR** (fls. 04/36 do Processo n.º 130.000.359/2006, em apenso).*

14. Observa-se, contudo, que, nos documentos constitutivos do Processo



n.º 130.000.359/2006, não há assinatura da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto respondendo pelo cargo de Vice-Presidente do ICS, conforme assinalado pela Unidade Técnica, conforme sintetizado a seguir:

- a. O Contrato de Gestão n.º 01/2002 foi assinado, em 24.05.2002, pelo então titular da SUCAR, Sr. Ronan Batista de Souza, e pelo Presidente do ICS, Sr. Adilson de Queiroz Campos (fls. 76/81 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I).*
- b. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão em comento, de 24.03.2003 foi assinado pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandes, então titular da SUCAR, e pelo Sr. Ronan Batista de Souza, este, agora, na condição de Presidente do ICS (fl. 82 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I);*
- c. Os Segundo e o Terceiro Termos Aditivos (05.05.2003 e 25.05.2003, respectivamente), bem como o Termo de Re-Ratificação ao Primeiro e Segundo Termo Aditivo (26.05.2003), também foram assinados pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandes e pelo Sr. Ronan Batista de Souza (fls. 84/86 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I);*
- d. O Quarto e o Quinto Termos Aditivos, ambos de 03.05.2004, foram assinados pela então titular da SUCAR, a Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandes, e pelo Sr. Lázaro Severo Rocha, na condição de Vice-Presidente do ICS (fls. 87/88 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I).*
- e. O Sexto Termo Aditivo, de 13.05.2004, também foi assinado pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandes, e pelo Sr. Lázaro Severo Rocha (fl. 90 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I);*
- f. O Sétimo Termo Aditivo, de 02.03.2005, foi assinado pelo Sr. Vatanábio Brandão Souza, então titular da SUCAR, e pelo Sr. Lázaro Severo Rocha, ainda na condição de Vice-Presidente do ICS (fl. 91 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I);*
- g. Outros documentos constantes do Processo n.º 130.000.359/2006 em que não se verifica a atuação da recorrente no desempenho das atribuições de Vice-Presidente do ICS: Notas de Empenho (fls. 95/147 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I); Relatório de Pagamentos Efetuados (fls. 148/174 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I); Produtividade Alcançada (fls. 175/205 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I); Notas Fiscais (fls. 207/531 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume II; fls. 532/736 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume III; e fls. 737/974 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume IV); Despacho do Secretário da SUCAR que encaminha à Corregedoria Geral do Distrito Federal o Relatório da Prestação de Contas do Contrato de Gestão n.º 01/2002 (fls. 975/976 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume IV) e os demais documentos, que se referem aos procedimentos realizados no âmbito da*



Corregedoria-Geral do Distrito Federal (Relatório de Auditoria n.º 16/2007- CONT/DIR, que examina a Prestação de Contas Anual do ICS (fls. 979/989 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume IV) e demais encaminhamentos (fls. 990/1.013 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume IV).

15. Por sua vez, os documentos carreados aos autos pela recorrente confirmam as alegações recursais formuladas, senão vejamos:

- a. A Ata da 26ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do ICS, realizada em 29.08.2003 e reaberta em 07.11.2003, portanto, na vigência do Contrato de Gestão n.º 01/2002, registra como Vice-Presidente do ICS o Sr. Lázaro Severo Rocha e como Diretora de Administração a Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 514/515);*
- b. As Resoluções do ICS n.º 499/2004 e n.º 578/2004, de 01.06.2004 e 01.07.2004, respectivamente, foram emitidas em nome do Sr. Lázaro Severo Rocha, respondendo como Vice-Presidente do Instituto (fls. 516/517);*



c. A Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do ICS, realizada em 04.05.2005 e concluída em 30.06.2005, consta que a recorrente foi designada para ocupar o cargo de Vice-Presidente do ICS (fls. 535/537).

16. Verifica-se, portanto, que, quando da conclusão da reunião em que a recorrente foi conduzida ao cargo de Vice-Presidente do ICS (30.06.2005), o Contrato de Gestão n.º 01/2002 não se encontrava mais em vigor quando, haja vista seu encerramento em 31.03.2005 (fl. 07 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I), não havendo elementos processuais suficientes para demonstrar a responsabilidade da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto pela omissão no dever de prestar contas do aludido ajuste.

17. No tocante à alegação de que o Tribunal evoluiu entendimento no sentido de excluir a responsabilidade da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto em processos de natureza similar ao ora examinado, importante observar que as informações fornecidas pela Unidade Técnica corroboram tal afirmação.

18. Em que pese o Tribunal ter considerado improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 298/304), por considerar que o cargo de Vice-Presidente do ICS então ocupado pela defendente não seria “meramente representativo” em vista das competências que lhe eram atribuídas, entendimento que resultou no julgamento irregular de suas contas e consequente aplicação de multa aos ex-gestores daquela Instituição, inclusive da ora recorrente, conforme Decisão n.º 6.955/2011 (fl. 399), o certo é que, posteriormente, o Tribunal, ao examinar os mesmos argumentos em processos similares, acolheu os argumentos ofertados pela nominada recorrente.

19. No Processo n.º 7.459/07, que tratou da Prestação de Contas do Contrato de Gestão n.º 07/2004, o Tribunal concedeu provimento ao recurso manejado pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, nos termos da Decisão n.º 303/2012 (e-DOC 2A611EE6), por considerar



suficientes os argumentos recursais apresentados para eximir a recorrente das penalidades ali impostas, uma vez que “(...) as funções atribuídas ao cargo de Diretora de Administração não são consideradas como atribuições voltadas à execução do contrato de gestão ali examinado” (fl. 37 do e-DOC 9F34F9AD).

20. Da mesma forma, nos autos do **Processo n.º 7.467/07**, referente à Prestação de Contas do **Contrato de Gestão n.º 10/2004**, o Tribunal, mediante **Decisão n.º 1.431/2012** (e- DOC ECBB8ECF), entendeu pertinentes os argumentos apresentados pela **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** para excluí-la do rol de apenados, por considerar que a recorrente, na condição de Diretora de Administração, não poderia assinar cheques, posto que não detinha tal competência (fl. 26 do e-DOC 03DC19D5), não podendo recair sobre ela a competência para movimentar os recursos financeiros do ICS.

21. Observe-se que, nos dois processos supracitados, a recorrente teve a responsabilidade afastada em razão do cargo de Diretora de Administração do ICS que ocupava à época. Nada obstante, a Unidade Técnica trouxe, também, outros entendimentos no mesmo sentido, em casos relativos aos períodos em que a reclamante ocupara o cargo de Vice-Presidente do Instituto, senão vejamos.

22. No **Processo n.º 39.510/06**, que tratou da Prestação de Contas do **Contrato de Gestão n.º 01/2001**, o Tribunal entendeu procedentes os argumentos da recorrente, nos termos da **Decisão n.º 5.359/2011** (e-DOC E8B66D63), tendo por base as considerações expostas pela Relatora daquele feito, no sentido de que “(...) apesar de a recorrente, à época, ter atribuição de substituir o Presidente do Instituto, tal circunstância não restou demonstrada”, haja vista a ausência de evidências de que, na aludida substituição, tivesse praticado atos que pudessem acarretar sua responsabilização por possível afronta à boa e regular aplicação dos recursos públicos (fl. 09 do e-DOC 7D1978DC).

23. Por sua vez, no **Processo n.º 7.831/07**, referente à Prestação de Contas do **Contrato de Gestão n.º 22/2004**, o Tribunal acatou o recurso da recorrente, isentando-a da responsabilidade e da penalidade que lhe foram atribuídas



naquele feito, consoante **Decisão n.º 2.111/2018** ([e-DOC CBDC02CF](#)), em face da ausência de comprovação de que a impetrante, na condição de 2ª Vice-Presidente, teria participado dos atos que deram causa aos prejuízos decorrentes da execução do aludido ajuste.

24. Conforme consignado no Voto condutor da **Decisão n.º 2.111/2018**, o Relator reiterou entendimento no sentido de que o cargo ocupado pela recorrente “(...) não comporta atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie”, porquanto “(...) consta do Estatuto do ICS, a movimentação de recursos financeiros da entidade era realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças. Dessa forma, deve ser afastada, de plano, a possibilidade de responsabilização” (fl. 12 do [e-DOC 03585623](#)), posicionamento que, segundo o Relator, harmoniza-se com os encaminhamentos exarados nas **Decisões n.º 5.359/2011, n.º 303/2012 e n.º 1.431/2012** (Processos n.º 39.510/06, n.º 7.459/07 e n.º 7.467/07, respectivamente), quando o Tribunal alterou entendimento anterior acerca do assunto e determinou a exclusão do nome da **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** do rol dos responsáveis (fl. 12 do [e-DOC 03585623](#)).

25. Por outro lado, impende destacar que, nos autos do **Processo n.º 34.551/11**, que tratou da Tomada de Contas Especial para apurar irregularidades na prestação de contas de contratos de gestão, dentre os quais, do **Contrato de Gestão sem número**, firmado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e o ICS, o Tribunal, por intermédio da **Decisão n.º 6.107/2017** ([e-DOC 1037CA3E](#)), apresentou entendimento diverso dos expostos anteriormente, julgando irregulares as contas da **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** sem imputação de débito, mas com aplicação de multa à então 2ª Vice-Presidente daquele Instituto.

26. Naquele feito, o Tribunal, por meio da **Decisão n.º 2.182/2018**, encaminhou ao Ministério Público de Contas cópias autenticadas da **Decisão n.º 6.107/2017**, do **Acórdão n.º 506/2017** e das respectivas notificações, com vistas à cobrança judicial das multas individuais aplicadas, além da **Sra. Eunice Ferreira dos Santos**



Miotto, recorrente nestes autos, aos **Srs. Ronan Batista de Souza, Manoel Pereira de Lucena e Lázaro Severo Rocha**.

27. Como se vê, realmente o Tribunal mudou seu entendimento quanto à responsabilidade da **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** em diversos processos em que a ora recorrente figurava como responsável por fatos havidos em contratos de gestão, quando ocupava os cargos de Diretora de Administração (**Processo n.º 7.459/07 e n.º 7.467/07**), de 2ª Vice-Presidente (**Processo n.º 7.831/07**), ou de Vice-Presidente (**Processo n.º 39.510/06**) do

ICS, uma vez que, ao contrário das manifestações anteriores, trouxe documentos comprobatórios das alegações apresentadas, afastando, assim, a sua responsabilidade pela não participação nos atos de gestão questionados ou pela não vinculação desses atos aos cargos que ocupara à época em cada contrato.

28. Por fim, quando ao pedido da recorrente para que a responsabilidade apurada no presente feito seja atribuída aos ex-presidentes, ao Diretor de Finanças e aos membros do Conselho de Administração do ICS (fls. 512/513), entendo correto posicionamento expendido pela Unidade Técnica no sentido de que o assunto já está sendo tratado nestes autos.

29. Observe-se que, na espécie, os membros do Conselho de Administração do ICS foram eximidos da responsabilidade que lhes fora imputada, conforme **itens I e II da Decisão n.º 4.898/2014** (fl. 491), enquanto os ocupantes dos cargos de Presidente e Diretor de Finanças tiveram suas contas julgadas irregulares e lhes foram aplicadas multas individuais, nos termos da **Decisão n.º 6.955/2011** (fl. 399) e **Acórdão n.º 255/2011** (fl. 405).

Conclusões e sugestões

30. Os argumentos recursais trazidos aos autos pela **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** se mostraram suficientes e satisfatórios para reformar a **Decisão n.º 6.955/2011** e o **Acórdão n.º 255/2011** para isentá-la de



*responsabilidade pela omissão no dever de prestar contas dos valores provenientes do **Contrato de Gestão n.º 01/2002**, celebrado pela então Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS.*

*31. Nesse diapasão, entendo que o Tribunal pode dar provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** (fls. 506/537), excluindo-a do rol de responsáveis e, consequentemente, eximindo-a das penalidades contidas na **Decisão n.º 6.955/2011** e no **Acórdão n.º 255/2011**.*

*32. Diante de todo o exposto, este representante do **Parquet** especializado entende que as análises e ponderações expendidas pela Unidade Técnica não são merecedoras de reparos, porquanto em conformidade com o entendimento ministerial, podendo o Tribunal, no mérito, dar provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto** (fls. 506/537) para fins de exclusão da nominada recorrente do rol de responsáveis, eximindo-a, consequentemente, eximi-la das penalidades que lhe foram impostas pela **Decisão n.º 6.955/2011** e pelo **Acórdão n.º 255/2011**, conforme sugestões consignadas à fl. 554.*

É o Relatório.



VOTO

Tratam os autos da Prestação de Contas do extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, referente ao Contrato de Gestão nº 01/2002 (exercício de 2005), celebrado entre a então Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR e esse Instituto.

Nesta assentada, aprecia-se o mérito do recurso de reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto contra os termos da Decisão nº 6.955/2011 e Acórdão nº 255/2011, por meio dos quais esta Corte, considerando improcedentes as razões de justificativas da recorrente, aplicou-lhe a multa prevista art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994, no valor de R\$ 4.679,20 (quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Os pareceres convergentes concluíram pelo provimento do recurso para fins de exclusão da nominada recorrente do rol de responsáveis, eximindo-a, conseqüentemente, das penalidades que lhe foram impostas pela Decisão n.º 6.955/2011 e pelo Acórdão n.º 255/2011.

Em harmonia com os pareceres, entendo que o Recurso de Reconsideração deve ser provido.

Explico

A recorrente afirma, em suma, que, no período da execução do Contrato de Gestão n.º 01/2002, entre 24/05/2002 (data da celebração) e 31/03/2005 (data da extinção), ocupou, tão somente, os cargos de Diretora de Administração, de Diretora de Promoção Social e, por último, de 2ª Vice-



Presidente, os quais, de acordo com o Estatuto Social, estavam subordinados aos ex-Presidentes do ICS, os Srs. Adilson de Queiroz Campos, Ronan Batista de Souza e Lázaro Severo Rocha (fl. 508).

Ao analisar os autos, observo, inicialmente, que, de acordo com o Quadro de Responsáveis constante da Informação n.º 208/2007, da Divisão de Contas – 1ª ICE (fls. 10/18), o nome da recorrente está vinculado ao cargo de Vice-Presidente do ICS. Esse mesmo *status* consta do Relatório de Prestação de Contas da SUCAR (fls. 04/36 do Processo n.º 130.000.359/2006, em apenso).

Outrossim, nos documentos constantes da Prestação de Contas, não consta assinatura da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto respondendo pelo cargo de Vice-Presidente do ICS.

Nesse sentido, o douto *Parquet* asseverou que:

quando da conclusão da reunião em que a recorrente foi conduzida ao cargo de Vice-Presidente do ICS (30.06.2005), o Contrato de Gestão n.º 01/2002 não se encontrava mais em vigor quando, haja vista seu encerramento em 31.03.2005 (fl. 07 do Processo n.º 130.000.359/2006 – Volume I), não havendo elementos processuais suficientes para demonstrar a responsabilidade da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto pela omissão no dever de prestar contas do aludido ajuste.

Ademais, como demonstrado pelos pareceres, a tese objeto da matéria recursal já foi examinada pela Corte em outras ocasiões, reconhecendo-se a ausência de responsabilidade da recorrente.



Com efeito, por exemplo, por meio das Decisões nºs 5359/2011, 303/2012 e 1431/2012, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs 39510/2006, 7459/2007 e 7467/2007, esta Corte, mudando o anterior entendimento acerca da matéria, determinou a exclusão de seu nome do rol dos responsáveis. Tais decisões foram motivadas pelo fato de a recorrente, enquanto Diretora de Administração do ICS, não ter gerido recursos públicos nem elaborado a prestação de contas relativas a contratos de gestão.

Nesse diapasão, o posicionamento desta Corte de Contas, após as referidas deliberações, sofreu alteração em benefício da recorrente. Bem por isso, nos autos do Processo nº 4948/2007, ao proferir o Voto condutor da Decisão nº 4476/2014, deixei assentado:

Quanto à situação jurídica da senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto, então Diretora de Administração do ICS à época, lamento divergir da proposição do douto Ministério Público, que defende a inclusão de seu nome no rol de responsáveis. Isso porque, conforme vem sendo reconhecido por esta Corte (Decisões nº 303/2012¹ e 1431/2012, entre outras), o cargo por ela ocupado não tem atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie. Conforme consta do Estatuto do ICS, a movimentação de recursos financeiros da entidade era realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças. Dessa forma, deve ser afastada, de plano, a possibilidade de responsabilização, sendo despidendo chamá-la para apresentação de defesa.

¹ Ao proferir o voto condutor da Decisão nº 303/2012, o ilustre Conselheiro Inácio Magalhães Filho assim se manifestou acerca da não responsabilização da então Diretora de Administração do ICS:

“Os esclarecimentos prestados pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto indicam que a sua condição, à época da vigência do Contrato de Gestão nº 07/04 (de 26.04.04 a 17.06.04), era, de fato, de Diretora de Administração do ICS (e não de 2ª Vice-Presidente do Instituto, cargo que ensejou a citação da ora recorrente).

Tal situação é suficiente para eximir a recorrente das penalidades impostas pela Decisão nº 6.327/10 e Acórdão nº 241/10, uma vez que as funções atribuídas ao cargo de Diretora de Administração não são consideradas como atribuições voltadas à execução do ajuste em tela.”



Acolho, portanto, os pareceres e dou provimento à impugnação apresentada pela senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto, excluindo-a do rol de responsáveis e, conseqüentemente, das penalidades contidas na Decisão nº 6955/2011 e no Acórdão nº 255/2011.

Assim, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento da Informação nº 101/2019 – Nurec;
- II. dê provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 506/537), para fins de excluí-la do rol de responsáveis e, conseqüentemente, eximi-la das penalidades contidas na Decisão nº 6955/2011 e no Acórdão nº 255/2011;
- III. aprove, expeça e mande publicar o acórdão em anexo, concretizando o comando do item antecedente;
- IV. dê conhecimento da decisão a ser proferida à recorrente, na pessoa de sua representante legal;
- V. restitua os autos ao Núcleo de Recursos – NUREC para os devidos registros e posterior encaminhamento à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2019.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator



ACÓRDÃO Nº /2019

Ementa: Contrato de Gestão nº 01/2002. Prestação de Contas. Instituto Candango de Solidariedade. SUCAR. Exercício de 2005. Contas irregulares. Aplicação de multa. Recurso de Reconsideração. Provimento. Exclusão da recorrente do rol de responsáveis. Anulação da multa aplicada.

Processo TCDF nº 18.932/2007

Nome/Função: Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Vice-Presidente.

Órgão: Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu.

Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo.

Representante do Ministério Público: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos, **acordam** os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, com base nos pareceres uniformes, em **dar provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto**, para fins de tornar sem efeito a **multa aplicada pela** Decisão nº 6.955/2011 e **Acórdão nº 255/2011**.

Ata da Sessão Ordinária nº.
Presentes os Conselheiros

Decisão tomada por
Representante do MP presente: Procurador-Geral

Anilcéia Luzia Machado
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e-DOC B2BE6B2B
Proc 18932/2007

Fls.: 550

Proc.: 18932/07

AMP
Rubrica

Paulo Tadeu
Conselheiro-Relator

Fui presente:

Procurador-Geral do Ministério
Público junto ao TCDF

DIGITALIZADO